

PNAD Contínua divulgada ontem constata que Índice de Gini teve discreta melhoria, de 2018 para 2019, mas outros dados sobre a população ainda mostram uma imensa distância entre ricos e pobres, que vão pagar a pesada conta a ser trazida pela pandemia

Desigualdade cai, mas continua vergonhosa

» RENATA RIOS
» JAILSON R. SENA*

Em um país marcado pela desigualdade social, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram uma ligeira queda nesse cenário. O Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita variou nos anos de 2018 e 2019, entre 0,545 e 0,543. Apesar da melhora sutil, a renda média da população, de 2018 para 2019, caiu de R\$ 2.317 para R\$ 2.308.

"Temos uma boa e uma má notícia. A má é que a recuperação da economia, em termos de renda, perdeu força. Caiu um terço em 2019 comparada a 2018. A boa é que a desigualdade, que vinha aumentando, começou a cair", analisa o professor Marcelo Neri, diretor do FGV Social. Mesmo assim, ele destaca que a desigualdade no Brasil é imensa. "Tem efeito sobre saúde e escolaridade. Temos uma série de custos sociais causados por ela. A própria pandemia ilustra isso: grupos mais pobres podem ser

ainda mais afetados", aponta.

Alessandra Brito, analista do IBGE responsável pela pesquisa, salienta que o Brasil é um dos países com o Índice de Gini mais alto do mundo. Ela explica que "acima de 0,5 o índice é considerado alto. Tivemos um movimento de redução, de 2012 até 2015. Em 2016 voltou a subir e, agora, em 2019, tem uma tendência de queda".

A pesquisadora complementa que, apesar da melhora, o Índice sempre foi alto no Brasil. Ela observa que o processo para diminuir as distorções é longo e que esse cenário é resultado de um país historicamente desigual. "Escravidão, não inserção no mercado de trabalho, diferenças de rendimento por cor ou por sexo... Isso tudo vai se somando e formando esse número", descreve.

Problemas crônicos

O distanciamento entre as camadas sociais pode ser percebido em outra discrepância: enquanto metade da população recebia, em média, R\$ 850, 1% dos brasileiros tem rendimento médio mensal de R\$ 28.659.

Marcelo Neri destaca que a falta de infraestrutura e a má dis-

tribuição de renda são coisas que agravam a situação atual. "A PNADC permite olhar isso no universo do Brasil como um todo. Os problemas mudam de acordo com a região. Brasília, por exemplo, tem a maior renda, mas também a maior desigualdade. Ou seja, poucas pessoas se beneficiam e isso gera um certo desperdício social", explica.

Mas não é apenas entre as regiões que as diferenças ficam gritantes. Outro dado que chama a atenção no levantamento é a discrepância entre o rendimento médio de brancos e pretos: enquanto o primeiro grupo tem uma média de rendimento mensal de R\$ 2.999, no segundo o número despensa para R\$ 1.673 — e R\$ 1.719 entre os pardos.

"Os grupos tradicionalmente excluídos, como negros, mulheres, trabalhadores da área rural, tendem a perder mais do que a média", explica Marcelo Neri. "O Brasil desaprendeu, nos últimos anos, a cuidar dos muitos pobres. Isso é muito preocupante", lamenta.

Barreiras

Os números também mostram que diferença de salários entre homens e mulheres parece ser intransponível. A mão de obra masculina, que tem média de rendimento de todos os trabalhos em R\$ 2.555, recebe 28,7% a mais que as mulheres, que ganham em média de R\$ 1.985.

Para Marcelo Neri, apesar do cenário desfavorável, as mulheres estão conseguindo, aos poucos, diminuir a diferença. "As mulheres fizeram o dever de casa no ponto de vista escolar. E elas estão relativamente bem posicionadas", diz, creditando tal melhoria à educação.

"Apesar de se achar que a educação não faz muita diferença, seu retorno para o Brasil faz, sim, uma diferença gigantesca", confirma Neri.

Em números, é gritante a diferença: enquanto uma pessoa sem instrução recebe cerca de R\$ 920, um profissional com ensino superior completo tem média de rendimento de R\$ 5.108. "Nos últimos cinco anos, a renda dos analfabetos caiu e a de quem tem superior completo passou a crescer", detalha o professor.

*Estagiário sob supervisão de Fabio Grecchi

Minervino Junior/CB/D.A Press - 20/9/16



Vala negra na Estrutural. Perto de Brasília, seus moradores se inserem entre os 9 milhões de lares sem esgoto

Saneamento: falta expõe o atraso

Pouco mais de nove milhões de lares brasileiros ainda não tinham destinação adequada de esgoto sanitário, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores 2019, divulgada pelo IBGE. Entre os 72,395 milhões de domicílios no país, 12,6% indicaram que despejam dejetos diretamente em fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e outras formas de escoadouro. Na Região Norte, essa destinação era adotada por 29,6% dos domicílios, o equivalente a 1,6 milhão de lares, enquanto a rede geral de esgoto só estava presente em 27,4% das casas da região.

No Nordeste, o despejo inadequado de dejetos alcançava 22,1% das moradias, ou 4,1 milhões de domicílios. Mesmo no Sudeste, 5,5% dos lares estavam nessa condição de precariedade, 1,7 milhão destinavam dejetos dessa forma.

"É um esgotamento precário", resumiu Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE. Em 2019, 27,312 milhões de domicílios não possuíam acesso a esgotamento sanitário canalizado e ligado à rede geral. Desses, 17,794 milhões utilizam fossa séptica.

Apesar dos avanços nos últimos anos, o país ainda tinha 8,6 milhões de domicílios em 2019 sem acesso à rede geral de abastecimento de água. Entre os que recebiam a água encanada da rede geral, mais de seis milhões de lares relataram que o fornecimento tinha interrupções, não era diário.

A coleta de lixo chegou a mais de 1,4 milhão de domicílios na passagem de 2018 para 2019, alcançando 66,122 dos lares no ano passado. No entanto, mais de seis milhões de moradias ainda queimam o próprio lixo ou fazem outro tipo de descarte.

Quanto à posse de bens, a geladeira estava presente em mais de 90% das casas em todas as regiões brasileiras. A máquina de lavar roupa alcançava apenas 66,1% dos domicílios.

» Uma balança social desequilibrada

- » Metade dos brasileiros sobrevivia, em 2019, com apenas R\$ 438 mensais. Ou seja, quase 105 milhões de pessoas tinham menos de R\$ 15 por dia para satisfazer todas as suas necessidades básicas;
- » Os 10% mais pobres — equivalente a 20,95 milhões de pessoas —, sobreviviam com apenas R\$ 112 por mês, ou R\$ 3,73 por dia. Em relação a 2018, houve uma melhoria de 0,9% na renda média dessa parcela da população, mas inexpressiva em termos financeiros, pois trata-se de apenas R\$ 1 real a mais;
- » No estrato mais rico da sociedade, apenas 1% dos brasileiros mais abastados vivia com R\$ 17.373 mensais. Significou um aumento de renda de 2,7% para um grupo de pessoas que, em 2019, era de pouco mais de dois milhões de pessoas;
- » Na média nacional, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 1.406. No Norte (R\$ 872) e no Nordeste (R\$ 884) ficou abaixo do salário mínimo (R\$ 998), mas, no Sudeste, alcançou os R\$ 1.720;
- » A massa de renda domiciliar obtida de todas as fontes totalizou R\$ 294,396 bilhões, em 2019, mas também distribuída de forma desigual. A parcela dos 10% dos brasileiros com os menores rendimentos detinha 0,8% dessa riqueza, enquanto os 10% mais ricos concentravam 42,9% dela;
- » Em 2019, a concentração de riqueza aumentou na região Nordeste, mas, na região Norte, houve melhora na desigualdade. A renda per capita no Nordeste teve o maior crescimento entre as regiões brasileiras (4,5%), mas puxada pelos ganhos dos mais ricos;
- » Na passagem de 2018 para 2019, o Norte teve redução de 5,3% no rendimento médio domiciliar per capita. Houve perda de poder aquisitivo em todas as faixas de rendimentos, especialmente entre os mais ricos. Ainda assim, a fatia 1% mais rica recebia R\$ 9.937 mensais, contra apenas R\$ 73 obtidos pelos 10% mais pobres. Metade dos moradores do Norte sobrevivia com R\$ 273 mensais no ano passado;
- » Um em cada cinco trabalhadores brasileiros recebia menos da metade do salário mínimo em 2019. A renda média entre os 20% com menores rendimentos do trabalho era de apenas R\$ 471 no ano passado. Se considerados os 50% com menores salários, ou seja, metade de todos os trabalhadores em atividade, a renda média subia a R\$ 850, ainda aquém do piso de R\$ 998, determinado por lei, em 2019.